



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

## **Lei 10.639/03, Práticas Educativas e Recursos da Cultura: o Samba e suas Possibilidades Discursivas.**

Darcilene Ozório: Licenciada em História, Pós graduada em diversidade étnica pela UFRRJ; [darcileneozorio@gmail.com](mailto:darcileneozorio@gmail.com).

Anderson Leon: Graduando de licenciatura em história da UFRRJ; [anderson.ator@hotmail.com](mailto:anderson.ator@hotmail.com).

### **Introdução:**

Tratar a história e cultura afrobrasileira nas escolas tem sido ao longo dos processos da educação no Brasil, uma atividade pouco explorada, renegando conhecimentos fundamentais aos alunos sobre a formação da nossa cultura.

O objetivo desta pesquisa é contribuir para o estudo dessa temática que envolve um grupo social que sofre cotidianamente com diferentes formas de preconceito, assim como intolerância religiosa, por parte de uma parcela da população que insiste em acentuar os conflitos raciais e de classes já existentes, promovendo uma aceleração no processo de desenvolvimento desigual da população.

Torna-se relevante, através do presente trabalho a importância da implementação da lei 10639/03, que visa democratizar uma política educacional inclusiva, a fim de promover a inserção de valores étnicos raciais e multiculturais, contemplando a diversidade existente no país. Para tanto, buscar-se-á demonstrar as dificuldades de se fazer cumprir a lei e ao mesmo tempo a conscientização dos profissionais que lecionam disciplinas relacionadas a questão racial no Brasil, levando em consideração o desafio de esclarecimento dessa temática, já que existem grandes dificuldades em trabalhar com conteúdos de história da África no ambiente escolar, pelo fato de haver forte resistência quando o assunto entra na questão das religiões de matriz africana, assim como um preconceito “disfarçado” que se fortalece na medida em que são facultados a verdadeira face da história dos afrodescendentes brasileiros.

Com o surgimento da Lei 10639/03, que traz a obrigatoriedade do ensino das histórias e culturas africanas e afrobrasileira e que faz parte de um plano de implementação de diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais, os professores de história que lecionam no Ensino Fundamental se viram, neste



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

novo cenário, obrigados a inserirem tal conteúdo em suas aulas de forma ampla e fidedigna, desviando de práticas que culminem na manutenção do discurso hegemônico, que perpetuou durante séculos em pensamentos e atitudes de preconceito.

Dentro dos processos da diáspora africana no Brasil, os negros trouxeram grandes e importantes contribuições para a formação do povo brasileiro, apesar de terem sofrido repressões sociais durante todo este processo. Esta cultura está presente no nosso cotidiano e resistiu a muitos ataques e opressões, graças à dinâmica estabelecida nos rituais religiosos praticados desde as senzalas até os grandes Terreiros de Umbanda e Candomblé que existem ainda hoje.

Apesar disto, muitos professores encontram dificuldade em reconhecer tais contribuições advindas das religiões de matriz afrobrasileira, facultando aos alunos a origem destes conhecimentos. Neste panorama, esta pesquisa tem o objetivo de verificar como os professores estão aplicando a Lei 10.639/03 e, mais especificamente, a discussão da religião de matriz africana em suas práticas cotidianas.

### **Função social da escola e a formação do cidadão:**

Cabe à escola formar cidadãos críticos, reflexivos, autônomos, conscientes de seus direitos e deveres, capazes de compreender a realidade em que vivem, preparados para participar da vida econômica, social e política do país e aptos a contribuir para a construção de uma sociedade mais justa. A função básica da escola é garantir a aprendizagem de conhecimentos, habilidades e valores necessários à socialização do indivíduo.

Estas aprendizagens devem constituir-se em instrumentos para que o aluno compreenda melhor a realidade que o cerca, favorecendo sua participação em relações sociais cada vez mais amplas, possibilitando a leitura e interpretação das mensagens e informações que hoje são amplamente veiculadas, preparando-o para a inserção no mundo do trabalho e para a intervenção crítica e consciente na vida pública. Como aponta Gomes (2001): “No Brasil, para se falar de inclusão social e de minimização das desigualdades sociais faz-se necessário promover a reeducação das desigualdades raciais”. (GOMES, 2001, p.12).

A formação da cidadania diz respeito à formação de determinados valores, atitudes e compromissos indispensáveis à vivência numa sociedade democrática, tais



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

como solidariedade, cooperação, responsabilidade, respeito às diferenças culturais, étnicas e raciais, repúdio a qualquer forma de discriminação e preconceito. É função social de a escola propiciar a formação destes valores. Entretanto, valores não podem ser ensinados, mas devem ser vivenciados. É preciso que a escola e o próprio professor dêem testemunho daqueles valores que direcionam sua ação, fazendo da escola um ambiente de vivência de valores democráticos.

### **A questão racial e o currículo escolar:**

Para dar conta da formação do cidadão do século XXI, a escola deve estar comprometida em propiciar, através de diversas linguagens, a construção do saber, do conhecimento, preparando o educando para a transformação do mundo. Pela convivência com as diversas manifestações culturais, impregnadas de crenças, costumes e valores, espera-se que cada indivíduo passe a reconhecer e respeitar o direito do outro à diversidade. É necessário que o educador reconheça que a humanidade caracteriza-se pela produção da linguagem como sistema simbólico, que torna possível a construção de referências culturais, o desenvolvimento cognitivo e a formação e circulação de valores; que as diversas formas de expressão dos educados devem ser respeitadas, em função da sua história de vida. Como podemos ver em Moura (2001):

Como a democracia é, ao mesmo tempo, fundamento e finalidade do exercício da cidadania, a educação deve proporcionar a formação de cidadãos que respeitam a diferença e que, sem perder de vista o caráter universal do saber e a dimensão nacional de sua identidade, tenham garantido o direito à memória e ao conhecimento de sua história. (MOURA, 2001, p. 72).

É necessário que o educador perceba os educandos como cidadãos de hoje, indivíduos que participam em um mundo social, do qual a escola representa apenas uma de suas instâncias. Isso envolve respeitar suas experiências de vida, sua linguagem e seus valores culturais, pois não existem conhecimentos que sejam melhores ou mais legítimos do que outros.

Não cabe a escola desqualificar ou ignorar essas experiências, e sim tentar incorporá-las, a fim de que o educando perceba uma articulação da vida social com seu cotidiano. Ao dar liberdade de expressão aos educandos, a escola permite que estes



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais  
Diversidades e (Des)igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.  
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

sejam encorajados a atuar criticamente em outras instâncias do mundo social. A postura ética e crítica do indivíduo abarca a assimilação e reconstrução dos conceitos, da cultura e do conhecimento público da comunidade social no qual o educando está inserido.

A escola possui hoje uma responsabilidade social muito grande e muitas vezes maior do que ela possa dar conta. Muitos são os programas a serem colocados em prática, com isso, acabou por sobrar para a instituição escolar uma expectativa de solução social. Um desses programas é incluir no currículo das escolas a Lei 10639, de 2003, que significa estabelecer novas diretrizes e práticas pedagógicas que reconheçam a importância dos africanos e afrobrasileiros no processo de formação nacional.

### **A diáspora africana e o desafio do estudo da história de religiões afrobrasileiras no ambiente escolar:**

Discutir cultura e religiosidade africanas em uma realidade cuja fé judaico-cristã e o eurocentrismo predominam torna-se um desafio, pois, desvelam-se novas perspectivas à compreensão de uma educação com outras dimensões. É possível identificar em sala de aula resistência à cultura e religiosidade afrodescendentes. Deve-se reconhecer que nem todos os povos possuem uma só religião, e que é preciso respeitar a diversidade religiosa e vivenciar a prática da tolerância.

Observa-se que discentes e docentes podem descobrir um mundo novo, em outras perspectivas com a compreensão de fenômenos religiosos na sociedade, considerando que as influências culturais e religiosas africanas no Brasil fazem-se presente em inúmeras manifestações de seu povo.

Infelizmente, o preconceito ante o diferente faz com que se calunie a fé de herança africana, considerando de caráter maligno as suas manifestações religiosas. E a diversidade cultural e religiosa não é transmitida pelo professor, que na maioria das vezes prefere passar por cima dessa cultura diversificada, ignorando o multiculturalismo existente em nossa sociedade.

Ensinar que a diferença pode ser bela, que a diversidade é enriquecedora e não é sinônimo de desigualdade, é um dos passos para a reconstrução da auto-estima, do autoconceito, da cidadania e da abertura para o acolhimento dos valores das diversas culturas presentes na sociedade. (MUNANGA, 2005, p.31).



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

As influências culturais e religiosas africanas no Brasil fazem-se presentes em inúmeras manifestações de seu povo. Conhecer esta história e realidade auxilia os educandos a mudarem suas resistências à cultura e religiosidade afrodescendentes despertando nos educandos o desejo de respeitar a diversidade religiosa e cultural.

Este conhecimento pode ser acessado em sala de aula por meio de pesquisas na web, leituras, músicas, usando o recurso do samba, materiais audiovisuais e debates, entre outras práticas pedagógicas, auxiliando os educandos a descobrirem um outro mundo, outras perspectivas e compreensão de fenômenos religiosos e sociais. Sendo assim o candomblé oferece, em especial, à população negra, subsídios para o desenvolvimento de identidades positivas.

Os PCNs publicado em 1998 e a Lei Federal 10639/03 mostram que: “tratar aspectos da negritude - neste caso específico a religiosidade Ioruba - amplia a compreensão da diversidade étnico-cultural brasileira.” Uma vez que a nossa sociedade favorece uma atitude de não aceitação e de distanciamento dos valores ancestrais africanos os Parâmetros Curriculares Nacionais possibilitam o desenvolvimento desses aspectos.

A educação religiosa do candomblé retrata a educação tradicional africana para a vida. Da infância a velhice todos os membros são tratados igualmente. O conjunto de valores oriundos das religiões africanas tradicionais e afrobrasileiras revelam que as divindades estão presentes no nosso cotidiano e são vivificadas por seus participantes, afinal as forças sobrenaturais estão sempre presentes.

Compreender os fundamentos das religiões de matriz africana como códigos sócio-culturais e educativos, referentes a uma outra forma de sociabilidade, pode ser um dos caminhos para afastar atitudes como indiferença, a intolerância e o preconceito na educação escolar. Como mostra Filho (2006):

Os alunos precisam saber e repassar para seu entorno, que: Candomblé não é palavrão nem prece ao demo, significa culto, oração, invocação, reza, entender que orixás, eguns, enquices nada tem a ver com demônios, mas que são forças da natureza, memórias vivas dos ancestrais. “Saravá” quer dizer amém, aleluia, salva ou outra saudação de bem-aventurança. (FILHO, 2006, p. 132).



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

Essa perspectiva de compreensão contribui para que os estudantes negros, e também não negros, adeptos das religiões de matriz africana, possam ver sua religião ser abordada na escola como referência identitária positiva. Conhecer as práticas realizadas nos terreiros nos faz reconhecer princípios educativos existentes dentro das religiões de matriz africana, além de promover o respeito por uma religiosidade herdada dos negros africanos.

### **O Samba como recurso e prática educativa de reconhecimento religioso afrobrasileiro no ensino da história:**

Na música contemporânea, a cultura e religião africanas contribuíram com ritmos que são as bases de boa parte do nosso acervo musical. Gêneros musicais coloniais de influência africana, como lundu, terminaram dando origem à base rítmica do maxixe, do samba, choro, bossa-nova, e outros gêneros musicais atuais. Hoje temos como referência o samba que tem seu termo e sua origem africana e seu significado ligado às danças típicas tribais do continente.

O candomblé e as demais religiões afrobrasileiras são os celeiros de cultura africana no Brasil, constituindo assim, um núcleo simbólico que atravessa várias situações cotidianas e culturais da nossa população. Como nos diz Conduru (2007):

As religiões afro-descendentes no Brasil têm destacado papel na constituição problemática afro-brasileira, sendo, ainda hoje, o elo mais forte com as culturas africanas. Durante a vigência da escravidão, até 1888, as práticas religiosas foram cerceadas pelo catolicismo, o que restringiu a difusão de seu imaginário e sua produção artística. Desde a transformação do país em uma nação republicana e laica, em 1889, as religiões afro-brasileiras vêm conquistando, de modo paulatino e nada fácil, as liberdades de culto e expressão pública de seus valores éticos, estéticos e artísticos. (CONDURU, 2007, p. 25).

E são nos candomblés que surgem essas manifestações artísticas, visto o exemplo do primeiro samba *Pelo telefone* surgido na casa da tia Ciata na pequena África do Rio de Janeiro em 1916, Helena Theodoro descreve a contribuição dos babalorixás baianos para o surgimento do samba no rio de Janeiro na seguinte citação:



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

A contribuição dos baianos se eternizou na umbanda carioca, que recria os cultos bantos sob o panteon dos orixás ioruba, permitindo que uma estrutura da aldeia se preserve na cidade, enraizada na sua cultura, no inconsciente coletivo de seu povo e no samba, transformado em música síntese de brasilidade. (THEODORO, 2007, p. 9).

Desde o nascimento do samba, até a sua chegada as mais modernas mídias do século XXI, sempre houve o atravessamento afroreligioso, ou seja, as religiões sempre estiveram entrelaçadas na história do samba, em vários processos pelo qual ele passou, assim como escreve Helena Theodoro em seu livro *Cultura Afro-Brasileira* (2007):

A tradição dos orixás em seus desdobramentos de valores e linguagem, vai aparecer no mundo do samba, já que as atuações de tia Ciata, tia Bebiã e Hilário Jovino, todos os ligados ao terreiro de João Alabá, marcam as atividades musicais cariocas. (THEODORO, 2007, p. 17).

O samba visto não apenas como estilo musical que conquistou as rádios e o Brasil, mas a própria identidade cultural de um povo, de uma gente, onde em seus quintais, durante as feijoadas, se festejava, cantava, versava, sambava, e as relações sociais foram fiadas e tecidas. Nesses mesmos quintais que podiam ser casas de culto, a religião sempre perpassava o festejo, sempre entrava na roda. Mas o movimento cultural vem de ambas as partes, como um jogo, onde o samba e a religião fazem parte do mesmo time, trocando passes entre si.

Para o professor de história que se vê no dilema de ter que incluir um tema que remeta ao passado cultural afrobrasileiro, o samba, na experiência regional fluminense, cai como uma luva na prática educacional destes. Além do próprio conteúdo historiográfico já produzido sobre a questão, o professor pode incluir no seu programa de ensino, a importância das religiões de matriz africana para a criação deste estilo musical. Visto que foi nos terreiros das Baianas, na região do porto, que nasce o samba.

As letras dos sambas servem não apenas como exemplo desse atravessamento afroreligioso, mas também como instrumentos de ensino; *Áfricas, do berço real à corte brasileira*, apresentado pelo G.R.E.S Beija Flor de Nilópolis em 2007 e de autoria de Cláudio Russo, J. Veloso, Carlinhos do Detran e Gilson DR:



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

Olodumarê, o deus maior, o rei senhor/ Olorum derrama a sua alteza na Beija-flor/ Oh! Majestade negra, oh! mãe da liberdade/ África: o baobá da vida ilê ifé/ Áfricas: realidade e realeza, axé/ Calunga cruzou o mar/ Nobreza a desembarcar na Bahia/ A fé nagô yorubá/ Um canto pro meu orixá tem magia/ Machado de Xangô, cajado de Oxalá/ Ogun yê, o Onirê, ele é odara/ É Jeje, é Jeje, é Querebentã/ A luz que vem de Daomé, reino de Dan/ Arte e cultura, Casa da Mina/ Quanta bravura, negra divina/ Zumbi é rei/ Jamais se entregou, rei guardião/ Palmares, hei de ver pulsando em cada coração/ Galanga, pó de ouro e a remição, enfim/ Maracatu, chegou rainha Ginga/ Gamboa, a Pequena África de Obá/ Da Pedra do Sal, viu despontar a Cidade do Samba/ Então dobre o Run/ Pra Ciata d'Oxum, imortal/ Soberana do meu carnaval, na princesa nilopolitana/ Agoyê, o mundo deve o perdão/ A quem sangrou pela história/ Áfricas de lutas e de glórias/ Sou quilombola Beija-Flor/ Sangue de Rei, comunidade/ Obatalá anunciou/ Já raiou o sol da liberdade.

No enredo que trata sobre as 'Áfricas' que floresceram no Brasil, os compositores, guiados pelos carnavalescos, utilizam as palavras que até hoje podem ser ouvidas em terreiros de candomblé, fazem referências aos orixás, e terminam homenageando a já citada, Tia Ciata D'Oxum.

### **Metodologia de Pesquisa:**

Para Vigotsky (1984), o psiquismo humano existe por uma apropriação dos modos e códigos sociais. Com a internalização, a criança vai tornando seu o que é compartilhado pela cultura; o discurso social passa a ter um sentido individual. Mas os referenciais externos dos negros são dilacerantes. A mensagem transmitida é que, para o negro existir, ele tem de ser branco, ou seja, para se afirmar como pessoa precisa negar o seu corpo e sua cultura, enfim, sua etnicidade. O resultado dessa penalização é o desvirtuamento da identidade individual e coletiva, havendo um silenciamento do preconceito por parte da criança e do cidadão ao longo da vida.

Nesse sentido, a escola poderá 'silenciar' as crianças negras, intensificando o sentimento de coisificação ou invisibilidade, que pode gerar uma angústia paralisante, de modo que seus talentos e habilidades se tornem comprometidos por não acreditarem nas suas potencialidades, ambicionando pouco nas suas atividades ocupacionais futuras. Mais adiante, essa experiência leva a criança a se questionar sobre o que é preciso para



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

ser olhada, reconhecida. Nesse momento, poderá dar início ao processo de embranquecimento e auto-exclusão de suas características individuais e étnicas.

Desenvolvido junto ao LEAFRO<sup>1</sup>, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, campus Nova Iguaçu, está fundamentado na proposta metodológica sobre os pressupostos de Vygotsky (1996), no que se refere à base teórica de nossa abordagem, a qual sustenta-se em três princípios fundamentais: Analisar processo e não objeto, ter como tarefa o reconhecimento da dinâmica dos constituintes da história do que esta sendo investigado, diferenciar explicação de descrição, desvelar a dinâmica – casual - não se detendo apenas nas aparências mais comuns e nas relações lineares de causa-efeito; desprender-se do “comportamento fossilizado”, da manifestação do comportamento automatizado que por sua origem remota e suas inúmeras repetições, tornou-se mecanizado. A técnica usada para a operacionalização do estudo qualitativo é construída a partir das “Unidades de sentido” sugeridas por Rey (1997).

A análise de conteúdo é um processo ininterrupto de desenvolvimento de indicadores que se organizam a partir de uma determinada estrutura de sentido para a interpretação, cujo momento parcial conclusivo, em quaisquer etapas de desenvolvimento do processo, identificamos como unidades de sentido, que são aquelas categorias ou momentos de explicação que integram um conjunto diverso e até contraditório de indicadores em uma nova definição explicativa. (REY, 1997, p. 199).

Foi elaborada pelo grupo LEAFRO uma única pergunta, que é deflagradora das manifestações dos sujeitos participantes da entrevista aberta. Em nosso caso específico, a questão deflagradora escolhida traduz-se no seguinte: “Em sua opinião, em que a lei 10639/03 interferiu na sua prática educativa?”. Acredita-se que através dessa única pergunta possibilitamos aos professores de história do ensino fundamental expressa um leque de questionamentos e inquietações que estruturam a pesquisa qualitativa. A partir das entrevistas dos professores, analisamos o conteúdo de suas falas, expressões e comportamentos que compõem o sentido individual e coletivo das interferências da lei 10639/03 em suas práticas educativas.

---

<sup>1</sup> Laboratório de Estudos Afrobrasileiros do instituto multidisciplinar da UFRRJ.



Deve-se ressaltar que a escolha dessa questão da aplicabilidade da Lei 10639/03 no cotidiano escolar é para que se haja conhecimento do que está sendo falado na escola, da lei e do processo de diáspora sofrido com a cultura africana e as religiões de matriz africana.

O trabalho de campo foi realizado em escolas municipais de Nova Iguaçu, apesar dos professores também trabalharem em instituições Estaduais, e em outros municípios da Baixada Fluminense, os sujeitos de nossa pesquisa foram professores do 6º ao 9º ano, e que lecionam com a disciplina de história. As entrevistas foram realizadas nas: Escola Municipal Monteiro Lobato; Escola Municipal Venina; Escola Municipal Boliva Assumpção. Com a análise das respostas dadas pelos entrevistados, construímos três unidades de sentido que descortinam a visão do docente sobre a lei, e os métodos e práticas para a execução desta:

- a. No espaço escolar encontramos um descaso com a causa da aplicação da lei 10639/03, quando os professores se silenciam sobre a questão racial, facilitando novas ocorrências de legitimação de um discurso racista dentro dessa sociedade multirracial, e sendo esses um conjunto de sentidos subjetivos que são de diferentes procedências sociais, mas que integram a diferenciada subjetividade social escolar. Esses educadores não querem mudar o discurso praticado dentro das escolas, nem dos currículos utilizados por eles fazendo com que suas práticas fiquem sem nenhum comprometimento com a cultura Africana e as religiões afrobrasileiras, discriminando essas culturas dos seus conteúdos. O aluno se torna refém dessa situação, principalmente os afrodescendentes, que continuam sendo alvo de atitudes racistas e preconceituosas.

Portanto, os elementos de sentimento que integram a configuração subjetiva de um espaço social concreto estão de forma permanente relacionados a elementos de sentidos procedentes de outras zonas de espaço da vida social... (REY, 2003 p.204).

- b. Outro grupo dentro das unidades de sentido são aqueles que possuem acesso às informações da lei 10639/03, e que as colocam em prática no seu cotidiano escolar. Desfazendo todas as atitudes de negação da cultura



africana que durante muito tempo se fez presente nas intuições de ensino. Possibilitando aos alunos afrodescendentes uma educação de inserção social e o desenvolvimento igualitário dos indivíduos, aonde os alunos teriam contato com a diversidade racial como cidadãos críticos e conhecedores do multiculturalismo, sem dificuldade de relacionamento interpessoal seja com o professor, ou o próprio colega e facilitando à aprendizagem dos conteúdos.

A construção da teoria da subjetividade marca-nos um caminho. Não nos dá conjunto de regras de aplicação imediata; ao contrário, nos marca um caminho dentro do qual o investigador está sempre implicado na tensão do seu próprio pensamento, no caminho da construção de seu objeto. (REY, 2003, p. 272).

- c. Por ultimo dentro dos indicadores foram observadas as ações públicas realizadas no contexto da lei 10639/03 por parte dos governos, ações essas que possibilitam as instituições de ensino de todas as esferas conhecerem e aplicarem essa lei. Essas políticas podem acontecer de forma intencional quando o assunto em questão chega nas escolas de forma descomprometida sem que haja uma interação com os materiais como livros, filmes, e aqueles deveriam aplicá-los. Porém outras ações são efetivas quando conseguem criar situações como o exemplo das cotas nas universidades que criam oportunidade de reparação a uma classe tão discriminada como os afrodescentes. Os cursos de extensão também possibilitam o professor que deseja conhecer mais sobre esse assunto das diversidades etnicorracias.

No espaço escolar encontramos elementos de regiões variadas de gênero e posições econômicas, de raças, costumes e famílias e etc, porém este conjunto de sentidos subjetivos é de diferentes procedências sociais, mas que integram na configuração única e diferenciada da subjetividade social escolar. E relatam que as categorias de configurações não se definem por conteúdos universais, nem por caráter universal.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

Logo o processo de subjetividade social e individual não mantém uma relação de externa, mas se expressa como momentos contraditórios que se integra na condição humana, assim sendo é preciso ter clareza que a condição do sujeito individual se define somente dentro do tecido social em que este vive, sendo os processos de subjetividade individual um momento de subjetividade social.

O conceito de subjetividade social integra os elementos do sentido subjetivo que, produzidos nas diferentes zonas da vida social do sujeito, se fazem presente nos processos de relação que caracterizam qualquer grupo ou agência social no momento de seu funcionamento. Tal fato também se dá quando a subjetividade social aparece de forma diferenciada nas expressões de cada sujeito concreto, cuja subjetividade individual está atravessada de forma permanente pela subjetividade social.

O sentido subjetivo da emoção se manifesta pela relação de uma emoção com outras em espaços simbolicamente organizados, dentro dos quais as emoções transitam, pois, entre o simbólico e o emocional, sem que uns desses momentos sejam reduzidos ao outro, se define o sentido subjetivo.

### **Conclusões:**

Evidenciamos a perspectiva antirracial da Lei n° 10639/03, que trouxe obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afrobrasileiras. Porém, para que uma formação escolar com perspectivas de combate ao racismo seja implementada é fundamental discutir condições de preparação e atuação dos professores: consideramos a docência aspecto central para a promoção de condições não discriminatórias na escola. Para isso é necessário valorizar os conteúdos como os contos africanos, mitos, história, hábitos, danças e músicas, e as religiões seriam primordiais para um aprendizado das diversidades étnicas.

Entrevistamos docentes de escolas públicas com o objetivo de conhecer o alcance das medidas legais e as condições de sua implementação. Os resultados mostram que ainda é necessário investimento na formação docente de modo a proporcionar conhecimento da Lei 10639/03, embora os professores afirmem sua importância. Quanto às condições para a realização de práticas pedagógicas que combatam ao racismo nas escolas públicas, observou-se que já existe uma variedade de materiais didáticos à disposição, como exemplo o samba. É possível concluir que a Lei



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

10639/03 enquanto política de combate ao racismo na escola, tem gerado avanços nas práticas pedagógicas para uma formação de uma sociedade brasileira mais justa.

As práticas e os saberes escolares têm implicações diretas não só na formação do educando, mas também no processo de subjetivação, uma vez que as atividades e os discursos ali perpassados possibilitam a construção de sentidos próprios e plurais que refletem o processo de configuração da consciência e da identidade da pessoa. Sendo assim, compreende-se a importância do espaço e do tempo, vividos pelos alunos na escola, no seu processo de subjetivação.

Esta dinâmica configura não só a subjetividade do aluno, mas também o aprendizado de conteúdos, que pode permitir maiores ou menores possibilidades de apreensão da totalidade social, de conscientização dos próprios alunos como sujeitos históricos e ativos, construtores de um mundo sem preconceitos e atitudes racistas, bem como da subjetividade pessoal e social. Fernando González Rey (2003) compreende que a subjetividade não é algo que aparece somente no nível individual, mas que a própria cultura representa um sistema subjetivo, gerador de subjetividade, denominado pelo autor como “subjetividade social”. O sujeito é constituído pela subjetividade social e é constituinte daquela por meio das suas ações no tecido social. A subjetividade social antecede a organização do sujeito psicológico concreto e está na gênese de toda subjetividade individual. Por isso, o desenvolvimento do sujeito individual dá lugar a novos processos de subjetividade social e a novas redes de relações sociais.

A finalidade deste trabalho é contribuir para a reflexão sobre o *saber* e o *fazer* como se dão a constituição da dimensão subjetiva, a partir dos vários discursos ministrados nas escolas da rede pública no ensino fundamental.

### **Referências Bibliográficas:**

BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Brasília/DF: MEC/SEF, 1998.

CONDURU, Roberto. *Arte Afrobrasileira*. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 2007.

DETRAN, Carlinhos do; DR, Gilson; RUSSO, Cláudio; VELOSO, J. *Áfricas, do berço real à corte brasileira*. In: *Sambas de Enredo 2007*. Rio de Janeiro: Universal, 2007, faixa 5.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

GOMES, Joaquim B. Barbosa. *Ação afirmativa e princípio constitucional da igualdade: o direito como instrumento de transformação social. A experiência dos E.U.A.* Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

MOURA, Clóvis. *Rebeliões da senzala: Quilombos, insurreições e guerrilhas.* Rio de Janeiro: Conquista, 2001.

MUNANGA, Kabengele. *Superando o Racismo na escola.* In: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2ª edição revisada. Brasília: 2005.

REY, F González. *Epistemologia cualitativa y subjetividad.* La Habana: Pueblo y Educación, 1997.

REY, F. González. *Sujeito e subjetividade.* São Paulo: Thomson; 2003.

THEODORO, Helena. *Cultura Afrobrasileira.* Rio de Janeiro: CEAP, 2007.

VYGOTSKY, L. S. *A formação social da mente.* São Paulo: Martins Fontes, 1984.

VYGOTSKY, L. S. *A formação social da mente.* Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1996.